



Processo nº 0019129/2024

PARECER JURÍDICO CEAJ-SMS N° 76/2024.
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. PREGÃO ELETRÔNICO
N° 17/2024. ANÁLISE E PARECER ACERCA DA
LEGALIDADE.

Data: 14/08/2024

I. RELATÓRIO

Trata-se o presente de consulta formulada pela Secretaria de Saúde acerca de impugnação administrativa ao edital de pregão eletrônico apresentada pela licitante A&G SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., conforme encaminhamento de fls. 41/44.

Em suas razões, a impugnante alega suposta ilegalidade no instrumento convocatório, restrição da competitividade e violação ao princípio da isonomia; ilegalidade no Edital quanto às exigências excessivas referentes à qualificação técnica; ausência de informação específica quanto ao prazo de entrega do objeto, o que seria necessário para mensurar a prestação do serviço.

Em contrapartida, a CPL considerou os seguintes aspectos:

- a) Em se tratando de matéria técnica, deve a Secretaria requisitante certificar-se acerca do alegado.

É o relatório.

II. DA ANÁLISE E PARECER

Compete à Administração estipular no instrumento convocatório, sempre justificadamente, as características mínimas que o bem ou o serviço devem reunir e, eventualmente, requisitos obrigatórios decorrentes de legislação pertinente, a fim de assegurar a contratação de um objeto satisfatório e compatível com a necessidade que ensejou a instauração do certame.



Para tanto, as exigências de ordem técnica em relação ao objeto licitado precisam ser justificadas de forma explícita, clara e congruente, com base em pareceres, informações ou laudos técnicos, os quais devem necessariamente fazer parte integrante do processo licitatório.

Ademais, recente acórdão do TCU dispôs sobre a exigência de declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados que estariam em excesso, indo de encontro à ampla competitividade. Sobre o tema, confira o seguinte excerto:

“É irregular a exigência de atendimento a normas técnicas da ABNT, declarações de qualidade, certificações, laudos técnicos e certificados de conformidade sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para se garantir a qualidade e o desempenho suficientes do objeto a ser contratado. (TCU - Acórdão 2129/2021 Plenário)” (grifo nosso)

Ainda, segundo o Tribunal de Contas da União:

“REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE SALA-COFRE PARA ABRIGAR CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. IMPROCEDÊNCIA. 1. A obrigatoriedade de observância das normas técnicas da ABNT, consoante o disposto no art. 6º, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, não se aplica aos casos de normas de cunho certificativo, mas, tão-somente, daquelas de natureza procedimental, cujo objetivo seja o detalhamento das etapas a serem seguidas na execução de obras e serviços de engenharia;

2. Os produtos industrializados cuja certificação de qualidade é compulsória são aqueles definidos em atos normativos do poder público, editados pela entidade governamental legalmente incumbida, bem assim aqueles definidos pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO”. (TCU. Acórdão 1338/2006. Plenário); (grifou-se)

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. ÓTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para





Ocorre que, inexistir lapso de dilatação para o cumprimento da obrigação, o seu vencimento é imediato, porque se trata de obrigação pura exigível imediatamente, *ex vi* do art. 331 do CC, bem como porque não demonstrado que o prazo previsto no edital prejudica a competitividade do certame.

Não obstante, recomenda-se seja certificado pela Secretaria o atendimento dos requisitos dispostos no presente parecer, bem como avaliadas as argumentações da licitante no que tange à natureza técnica da matéria abordada.

III - CONCLUSÃO

Por todo o acima exposto, esta Comissão opina pela improcedência das alegações apresentadas, bem como pela legalidade e prosseguimento do feito, conforme as razões aqui expostas.

S.M.J., é o parecer.

À Comissão de Licitação,


UBIRANY LOPES EVANGELISTA

Procurador do Município


Fabricio Monteiro Porto

Procurador Geral do Município

UBIRANY LOPES EVANGELISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
MAT. 3001306